



4

RESULTADO SISTÊMICO
Água, Saneamento,
Higiene e Resiliência
Climática



RESULTADO SISTÊMICO 4 Água, Saneamento, Higiene e Resiliência Climática

Comunidades e escolas resilientes a eventos climáticos extremos e crianças e adolescentes com acesso seguro a serviços de água, saneamento e higiene.

Por que este resultado é importante?

O acesso seguro à água potável e ao esgotamento sanitário é um direito humano, instituído em 2010 pelas Nações Unidas, e base para a implementação dos demais direitos, incluindo o direito à saúde e à educação. Dessa forma, os serviços de saneamento básico são fundamentais para a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

A prestação destes serviços está baseada em princípios que consideram, dentre outros, a universalização do acesso e a articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante.

De acordo com o Censo Escolar 2024, pouco mais de 500 mil estudantes estão matriculados em mais de 8 mil escolas públicas municipais que não têm acesso à água por meio de fontes adequadas. Entre eles, 138 mil meninos e meninas estão em pouco mais de 2 mil escolas em que o acesso à água é inexistente, em especial nas áreas rurais, que representam 93,7% destas escolas. O acesso não adequado ou inexistente à água potável pode gerar uma série de problemas que prejudicam o bem-estar e o pleno desenvolvimento de meninas e meninos em idade escolar, levando ao risco de doenças, abandono ou atraso escolar e aumento das desigualdades.

Assim, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a garantia do acesso seguro aos serviços de saneamento básico nas escolas, como uma medida essencial para a garantia do direito à educação de milhares de crianças e adolescentes, contribuindo para a promoção de ambientes saudáveis e, por conseguinte, para a redução da vulnerabilidade social.

Ao mesmo tempo, e considerando a ocorrência de eventos climáticos extremos, cada vez mais intensos e frequentes no Brasil, também se torna crítico que esta temática seja inserida em âmbito escolar, tendo em vista a educação como um eixo estratégico na redução de riscos, de forma a fortalecer uma cultura de autoproteção, preparação e resiliência, sob a perspectiva de enfrentamento de ameaças e vulnerabilidades, e o contexto de risco em que cada escola esta inserida. Ainda, tal iniciativa é importante para fomentar junto à comunidade escolar a participação social, contribuindo na formação de uma sociedade cidadã.

Segundo o Índice Global de Risco Climático das Crianças (CCRI) do UNICEF, cerca 8,6 milhões de crianças e adolescentes brasileiros estão expostos ao risco de falta de água decorrente de eventos climáticos extremos. O índice também indica que 40 milhões de crianças e adolescentes estão expostos a múltiplos riscos climáticos no Brasil. Portanto, garantir que crianças e adolescentes sejam priorizados nos planos de preparação e resposta a esses eventos extremos, inclusive nas ações de proteção e defesa civil, é um passo fundamental para reduzir ameaças e vulnerabilidades.

Outro aspecto de extrema relevância a ser considerado nos planos, programas e políticas no município reside no fato de que as mudanças climáticas afetam comunidades e grupos populacionais de maneira desigual. As comunidades e populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas encontram-se mais expostas aos riscos e são as mais afetadas pelos efeitos da mudança do clima. Na grande maioria dos municípios das regiões do Norte e Nordeste, estas populações e suas crianças são as que mais sofrem com os impactos dos desastres ambientais. Ao mesmo tempo, são aquelas que – por suas culturas e histórias de convivência com o meio ambiente, exercendo práticas tradicionais de interação com as águas, florestas, biodiversidade – detêm um papel crucial e de sabedoria para mitigar a mudança do clima e adaptar comunidades, municípios e indivíduos aos seus efeitos já inevitáveis.

A partir do reconhecimento de iniciativas nos municípios voltadas para a garantia de escolas saudáveis e seguras, com acesso aos serviços de saneamento básico e da indução e fortalecimento de iniciativas comunitárias nos municípios voltadas para a proteção integral de crianças e adolescentes diante de eventos extremos e da mudança do clima, promoveremos direitos fundamentais para o seu bem-estar e pleno desenvolvimento.



Objetivos de desenvolvimento sustentável para os quais este resultado vai contribuir



Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.



Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.



Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.



Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

O que o município precisa fazer e prazo de entrega



ATIVIDADE	SUBATIVIDADES	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	PRAZO FINAL
4.1 Escolas saudáveis e seguras para crianças e adolescentes.	4.1.1 No mínimo cinco profissionais capacitados, por município, no curso Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Campo e Água, que sejam técnicos e/ou gestores municipais da educação. Para os municípios com presença de comunidades quilombolas e/ou indígenas em seu território, deve-se priorizar a participação de técnicos e gestores indígenas e/ou quilombolas que atuem nas escolas.	Relatório de concluintes providenciado pelo AVA UNICEF.	15/12/2025
4.2 Realizar um diagnóstico situacional da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas escolas da rede municipal (urbana e rural), incluindo a perspectiva de dignidade menstrual nas escolas.	O município pode escolher duas atividades entre a 4.2 e 4.5.	Relatório da primeira atividade escolhida postado na PCJ.	30/06/2026
4.3 Instituir o Programa de Dignidade Menstrual nas escolas, comprovado por instrumento normativo municipal.		Relatório da segunda atividade escolhida postado na PCJ.	30/06/2027
4.4 Instituir ou fortalecer o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) com a participação de jovens, NUCAs ou outros espaços de mobilização da juventude no município.			
4.5 Instituir o Programa de Defesa Civil nas Escolas, comprovado por instrumento normativo municipal.			

4.6 Municípios resilientes ao clima e desastres.

4.6.1 No mínimo cinco profissionais por município capacitados no curso Estratégias para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em situação de riscos e desastres, incluindo processos de engajamento dos(as) adolescentes sob a perspectiva de preparação e resposta a emergências, composto por profissionais, técnicos e gestores municipais e/ou representantes da sociedade civil com atuação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Para municípios com presença de comunidades quilombolas e/ou indígenas em seu território, deve-se priorizar profissionais indígenas e/ou quilombolas com atuação na gestão municipal e/ou no CMDCA.

Relatório de concluintes providenciado pelo AVA UNICEF.

14/12/2026



<p>4.7 Publicar ou revisar, se existente, o Plano municipal ou regional de saneamento básico sensível a crianças e adolescentes, considerando o acesso seguro aos serviços nas escolas e unidades de saúde, incluindo a perspectiva de gênero, raça e etnia, assim como de resiliência climática. Para municípios com presença de comunidades quilombolas ou indígenas, deve-se priorizar participação e consulta às lideranças e representantes destas comunidades.</p>	<p>O município pode escolher duas atividades entre 4.7 e 4.10.</p>	<p>Relatório da primeira atividade escolhida postado na PCJ.</p>	<p>14/12/2026</p>	
<p>4.8 Elaborar plano de ação para responder a pelo menos um tema indicado como um desafio do município pelo Índice de Saúde Ambiental infantojuvenil, divulgado pelo UNICEF, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e pelo MS.</p>		<p>Relatório da segunda atividade escolhida postado na PCJ.</p>	<p>13/12/2027</p>	
<p>4.9 Instituir Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs) com a participação de adolescentes e jovens, incluindo jovens indígenas e quilombolas para os municípios com presença destas comunidades, comprovado por meio de instrumento normativo municipal.</p>				
<p>4.10 Publicar ou revisar, se existente, um Plano de contingência sensível a crianças e adolescentes.</p>				



Quais Indicadores serão utilizados para avaliar o município?



Indicador 4.1: Percentual de escolas municipais ativas com água adequada (Censo Escolar/INEP/MEC)



Indicador 4.2: Percentual de escolas municipais ativas com esgotamento adequado (Censo Escolar/INEP/MEC)

O que o UNICEF vai disponibilizar para o município

Além dos eixos e produtos descritos acima, serão disponibilizados cursos adicionais (não obrigatórios), com vistas ao fortalecimento de capacidades locais, a saber:

Comunicação de Risco e Engajamento Comunitário (RCCE).

Planos de adaptação à mudança do clima sensíveis a crianças e adolescentes.

Planejamento em saneamento: planos municipais.

Água, Saneamento e Promoção de higiene: direito humano, aspectos legais, dignidade menstrual e igualdade de gênero.

Guia de Mobilização Comunitária para a promoção de hábitos de higiene nas escolas.

Materiais de referência, ferramentas de diagnóstico situacional, guias, materiais informativos e de comunicação de risco, incluindo hábitos de higiene, saúde menstrual, água, esgotamento sanitário e banheiros.

Portal do índice municipal de saúde ambiental infantojuvenil, inclusive materiais de referência e orientações para respostas de políticas públicas.

Orientações para criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) que engajem adolescentes e jovens.





INICIATIVA



PARCERIAS ESTRATÉGICAS



PARCERIA



APOIO



PARCERIAS TÉCNICAS



www.selounicef.org.br